

**Exmo. Senhor Presidente da Comissão  
de Ambiente e Energia  
Deputado Tiago Brandão Rodrigues**

**Assunto:** Requerimento para audição sobre atrasos e inércia no combate à pobreza energética

Têm existido atrasos sucessivos na adoção de medidas de combate à pobreza energética continuando a população portuguesa numa posição bastante desfavorecida em comparação com outros países europeus.

Apesar dos anúncios políticos e das sucessivas consultas públicas, na realidade persiste a incapacidade de dar resposta efetiva ao problema e de ajudar as famílias a conseguirem suportar os custos energéticos.

Estima-se que entre 1,2 e 2,3 milhões de portugueses vivam em situação de pobreza energética moderada e que entre 660 e 740 mil pessoas se encontrem numa situação de pobreza energética extrema.

A Estratégia Nacional de Longo Prazo para o Combate à Pobreza Energética 2022-2050, a aprovar através de Resolução de Conselho de Ministros, foi colocada em consulta pública no período entre 20 de janeiro e 3 de março de 2023<sup>1</sup>. Contudo, esta estratégia já anteriormente havia estado em consulta pública entre 15 de abril e 17 de maio de 2021<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> [https://www.consultalex.gov.pt/ConsultaPublica\\_Detail.aspx?Consulta\\_Id=280](https://www.consultalex.gov.pt/ConsultaPublica_Detail.aspx?Consulta_Id=280)

<sup>2</sup> <https://participa.pt/pt/consulta/estrategia-nacional-de-longo-prazo-para-o-combate-a-pobreza-energetica-2021-2050>

Independentemente da importância destes processos e da necessidade de tempo para se introduzirem revisões e contributos de vários setores, não deixa de ser incompreensível um período de dois anos para aprovar um documento estratégico de tanta relevância. Importa, portanto, avaliar as razões que justificam entre atraso e quanto tempo mais poderá demorar até à sua entrada em vigor.

Importa também avaliar o conteúdo desta estratégia e perceber a coerência entre medidas, calendários de implementação e previsão de recursos financeiros. Não deixa de ser peculiar que uma estratégia para o futuro tenha algumas medidas com calendários que já foram ultrapassados (com data prevista para 2020-2021). Há aspetos positivos neste instrumento de planeamento, mas importa garantir que tem condições para ser aplicado.

O combate à pobreza energética deve ser uma prioridade política havendo que criar condições para que as famílias e os indivíduos mais vulneráveis consigam ter acesso aos programas de financiamento disponíveis.

O Programa de Apoio Edifícios mais Sustentáveis, financiado ao abrigo do Fundo Ambiental, tem apoiado medidas como a substituição de janelas, o isolamento térmico, a instalação de bombas de calor ou de painéis fotovoltaicos, visando uma redução global de 30% no consumo de energia primária nos edifícios intervencionados.

A primeira fase do programa “Edifícios + Sustentáveis” iniciou-se em setembro de 2020 e teve 6996 candidaturas, das quais 5021 foram consideradas elegíveis, sendo concedidos apoios num valor global de quase 9,5 milhões de euros. A segunda fase do programa teve início em junho de 2021, incluindo um conjunto de alterações ao seu regulamento, tendo registado um aumento de dotação que ascendeu a 75 milhões de euros face à grande procura registada. Foram ultrapassadas as 106 mil candidaturas tendo encerrado a 2 de maio de 2022.

Contudo, passou quase um ano sobre o encerramento do programa, e apesar de vigorar o Vale Eficiência para um universo mais limitado de beneficiários, continuam a existir enormes carências num contexto marcado por uma grave crise energética e volatilidade de preços. Assim, importa avaliar que outras medidas e apoios deverão ser dirigidos para a mitigação da pobreza energética de forma a terem maior impacto.



GRUPO PARLAMENTAR PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Assim, os Deputados do Grupo Parlamentar do PSD, ao abrigo das normas regimentais aplicáveis, vêm solicitar a audição da Senhora Secretária de Estado da Energia e Clima.

Assembleia da República, 25 de janeiro de 2023

Os Deputados,

Hugo Oliveira

Bruno Coimbra

Hugo Martins de Carvalho

Alexandre Simões

Jorge Mendes

Carlos Cação

Cláudia André

João Marques

Alexandre Poço

António Prôa

António Topa Gomes

Cláudia Bento

João Moura

Paulo Ramalho

Patrícia Dantas

Rui Cristina